

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social

CNPJ nº 61.699.567/0033-70

Nota do Administrador

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da S.P.D.M - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, estamos publicando as Demonstrações Contábeis individuais da unidade Gerenciada: **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social**. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30/04/2022. São Paulo, 28/02/2022. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Diretor Presidente da S.P.D.M.

Demonstrações Contábeis Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			
Ativo	2021	2020	2021	2020	
Ativo Circulante	82.475.684,20	63.904.258,21	Passivo Circulante	72.284.067,33	53.744.402,21
Caixa e Equivalentes de Caixa	23.821.773,93	24.199.445,10	Serviços de Terceiros	272.223,89	72.741,51
Bancos conta movimento (Nota 3.1)	4.914,69	2.980,87	Serviços de Terceiros P. Jurídica (Nota 3.6)	272.223,89	72.741,51
Aplicações Financeiras (Nota 3.2)	23.816.859,24	24.196.464,23	Serviços Próprios	5.281.573,51	3.810.780,34
Clientes e Outros Recebíveis	58.653.910,27	39.704.813,11	Salários a pagar (Nota 3.7)	1.865.299,63	1.588.091,44
Clientes (Nota 3.3)	56.351.845,90	38.242.761,30	Contribuições a recolher (Nota 3.8)	343.158,70	277.734,93
Prefeitura Município de São Paulo (Nota 3.3.1)	56.351.845,90	38.242.761,30	Provisão de férias (Nota 3.9)	2.659.087,14	1.704.276,87
Outros Créditos (Nota 3.4)	2.302.064,37	1.462.051,81	Provisão de FGTS sobre férias (Nota 3.9)	211.646,91	135.648,33
Antecipação de férias (Nota 3.4.1)	2.091.399,13	1.305.689,79	Empréstimo a funcionário		
Outros créditos e adiantamentos	1.228,78	2.654,83	Lei 10.820/03 (Nota 3.10)	98.322,28	60.271,92
Depósito judicial (Nota 3.4.2)	78.164,64	27.909,64	Impostos a recolher (Nota 3.11)	59.058,85	44.756,85
Valores Transitáveis (Nota 3.4.3)	127.624,15	125.797,55	Acordo Trabalhista a Pagar	45.000,00	-
Ativo não Circulante	163.784.334,56	-	Tributos	2.580,36	1.654,00
Realizável a Longo Prazo	163.784.334,56	-	Obrigações Tributárias (Nota 3.12)	2.580,36	1.654,00
Diversos Valores a Receber	163.784.334,56	-	Contas a Pagar/Valores de Terceiros (Nota 3.13)	66.727.689,57	49.859.226,56
Valores a Receber	163.784.334,56	-	Convênios/Contratos Públicos a Realizar (Nota 3.14)	66.718.370,29	49.695.447,71
Bens Móveis (Nota 3.5)	19.987,30	19.987,30	Outras contas a pagar	-	116.961,34
Ajuste vida útil-bens terceiros (Nota 3.5.1)	(19.987,30)	(19.987,30)	Estrutura SPDM	9.319,28	46.817,51
Total do Ativo	246.260.018,76	63.904.258,21	Passivo não Circulante	174.094.439,86	10.278.344,23
Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado Exercícios encerrados em 31 de dezembro - Valores em Reais			
Fluxos de caixa das atividades operacionais	2021	2020	1 - Receitas	49.517.336,32	39.336.702,99
Resultados do exercício/periódico	-	-	1.1) Prestação de serviços	40.507.794,77	33.400.684,46
Ajustes p/ conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	-	-	1.2) Outras Receitas	16.106,49	-
Ajuste nas contas patrimoniais	-	-	1.3) Isenção usufruída sobre contribuições	8.993.435,06	5.936.018,53
Variações nos ativos e passivos			2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)	1.427.823,29	1.214.696,65
(Aumento) Redução em contas a receber (18.109.084,60)	2.880.656,66		2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações	-	-
(Aumento) Redução outros créditos (164.624.347,12)	27.499.529,54		2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	837.734,95	667.236,52
Aumento (Redução) em fornecedores (199.482,38)	(40.500,87)		2.3) Outros	590.088,34	547.460,13
Aumento (Redução) nas doações e subvenções/Contratos de Gestão	180.807.257,14	(28.861.255,47)	3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	48.089.513,03	38.122.006,34
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	1.349.021,03	(679.987,93)	4 - Retenções	-	-
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	-	(861,28)	5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)	48.089.513,03	38.122.006,34
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(377.671,17)	797.580,65	6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	0,06	121,32
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			6.1) Receitas financeiras	0,06	121,32
(-) Adição de Bens de Terceiros	-	861,28	7 - Valor Adicionado Total (5+6)	48.089.513,09	38.122.127,66
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	-	861,28	8 - Distribuição do Valor Adicionado	48.089.513,09	38.122.127,66
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			8.1) Pessoal e encargos	39.083.098,09	32.177.996,22
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	-	-	8.2) Impostos, taxas e contribuições	272,61	1.316,18
Aumento (Redução) nas disponibilidades (377.671,17)	798.441,93		8.3) Juros	-	-
No início do período	24.199.445,10	23.401.003,17	8.4) Aluguéis	12.707,33	6.796,73
No final do período	23.821.773,93	24.199.445,10	8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	8.993.435,06	5.936.018,53
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31/12/2021 e 2020					
Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras: A Entidade, SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs. 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM atua em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27/11/2009 e na Lei Complementar 187, de 16/12/2021. Características Da Unidade Gerenciada: Em 02/09/2010 a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina e SME Secretaria Municipal da Educação firmam o Termo de Convenio 327/2010 que destina-se a implantação e implementação do "Projeto Rede", que visa oferecer aos educandos com deficiência e aqueles com Transtornos Globais do Desenvolvimento - TGD, regularmente matriculados na Rede Municipal de Ensino, que não apresentarem autonomia para a locomoção, alimentação e higiene, suporte técnico e de apoio intensivo necessários para que possam se organizar e participar efetivamente das atividades pela Unidade Educacional, integrados ao seu grupo/classe. O Termo de Colaboração 022/2018 possui vigência de 36 meses, a partir de 03/09/2018, vigente até 02/09/2021, conforme SEI 6016.2018/0049250-6, com valor global de R\$ 106.004.784,32 (Cento e seis milhões, quatro mil, setecentos e oitenta e quatro reais e trinta e dois centavos) e total de recursos financeiros previstos para 2021 de R\$ 26.952.575,20 (Vinte e seis milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais e vinte centavos) e o total de recursos financeiros repassados de R\$ 26.807.528,36 (Vinte e seis milhões, oitocentos e sete mil, quinhentos e vinte e oito reais e trinta e seis centavos). Em 02/09/2021 foi celebrado o Termo de Colaboração 002/2021 , com vigência de 60 meses, a contar de 03/09/2021, conforme processo SEI 6016.2021/0080894-0, com valor global de R\$ 223.342.274,40 (Duzentos e vinte e três milhões, trezentos e quarenta e dois mil, duzentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos), e total de recursos financeiros previstos para 2021 de R\$ 14.889.484,96 (Quatorze milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e noventa e seis centavos) e o total de recursos repassados é de R\$ 14.641.326,88 (Quatorze milhões, seiscentos e quarenta e um mil, trezentos e vinte e seis reais e oitenta e oito centavos). 1 - Imunidade Tributária: A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. Isenção Tributária e característica da isenção: A SPDM também se enquadra no conceito de isenção das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por tratar-se de instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, com atuação preponderante na área da saúde, conforme previsto nos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, combinados com o artigo 10 da Lei nº 12.101/09 alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto nº 8.242/2014 e o que dispõe a Lei Complementar nº 187, de 16/12/2021. 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: Na elaboração das demonstrações financeiras de 2021, a Entidade observou as principais alterações trazidas pela Lei nº 11.638/2007, Medida Provisória nº 449/2008 e Lei nº 11.941/09 que promoveram modificações quanto à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis individuais, antes previstas na Lei nº 6.404/76, que agora passam a ser observadas não apenas pelas sociedades por ações, mas também as empresas de grande porte. A SPDM elaborou suas demonstrações financeiras em observância as melhores práticas contábeis adotadas no Brasil, levando em consideração a adoção de normas contábeis como o Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, que tem por objetivo fornecer informações financeiras sobre a entidade; NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, que trata da contabilização e divulgação de subvenção governamental; e ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. 2.1 - Formalidade da Escrituração Contábil - ITG 2000 (R1) e CTG 2001 (R3): As demonstrações contábeis individuais da SPDM foram elaboradas em conformidade com a Norma Contábil ITG 2000 (R1), que estabelece critérios e procedimentos a serem adotados pela entidade para a escrituração contábil de seus fatos patrimoniais, por meio de qualquer processo, bem como a guarda e a manutenção da documentação e de arquivos contábeis e a responsabilidade do profissional da contabilidade; e CTG 2001 (R3) que define as formalidade da escrituração contábil em forma digital para fins de atendimento ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). A entidade apresenta seus documentos e livros contábeis em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18/01/2021, que exige a apresentação de Escrituração Contábil Digital (ECD) para as pessoas jurídicas imunes e isentas, incluindo livro diário, livro razão, balancetes diários e ba-					

➤ **continuação** A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.15.1-Contingências Ativas e Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em “provável”, “possível” e “remota”, no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na NBC TG 25 (R2) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e na NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistências Governamentais. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2021, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Aquelas cuja probabilidade de perda era tida como “provável” se encontram devidamente provisionadas no balanço (Passivo) na rubrica de Contingências Trabalhistas. Para ações em que a possibilidade de perda era tida como “possível”, o montante chegou a R\$ 192.801,30 (Cento e noventa e dois mil, oitocentos e um reais e trinta centavos). Em atendimento ao Princípio do Conservadorismo (Prudência) as contingências ativas não devem ser contabilizadas enquanto não estiver efetivamente assegurada a sua obtenção em decisão final para a qual não caibam mais quaisquer recursos. Mesmo nas situações em que a probabilidade seja favorável, isto não é suficiente para dar base ao reconhecimento do ganho contingente, uma vez que esta não assegura uma decisão final favorável à instituição.

Passivo Contingência 2021

Provável	Possível
R\$ 31.761,07	R\$ 192.801,30

3.16 - Provisão de Despesas c/ quitações: A unidade gerenciada constituiu estimativa possível rescisão contratual conforme Termo de Colaboração 002/2021 estabelecido em seu Plano de Trabalho. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, sendo 25,96% sobre o valor da folha de pagamentos bruta se devidos fossem, em 31.12.2021, para fins de recolhimento de referentes a:

Composição	%
Férias	11,11
13º Salário	8,33
Multa FGTS	4,00
Enc. s/ Férias e 13º Salário	2,52
Total	25,96

4 - Origem e Aplicação dos Recursos: As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais fiscais. **4.1 - Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da Instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistências Governamentais - Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. **4.1.1 Rendimentos sobre Aplicação Financeira - Receitas Financeiras com Restrição:** Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada “Convênios/Contratos Públicos a Realizar”, em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistências Governamentais. Em 2021 tais valores representam o montante de R\$ 880.688,30 (Oitocentos e oitenta mil, seiscentos e oitenta e trinta centavos). **4.2 - Dos Custos e Despesas Operacionais:** Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. As despesas operacionais e de apoio a instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. **4.3 - Auxílios, Subvenções, Contrato de Gestão e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor Presidente da S.P.D.M.

Relatório dos Auditores Independentes: Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social) que compreendem o balanço patrimonial, em 31/12/2021, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31/12/2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2021, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres

de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 01/04/2022. **Audisa Auditores Associados** - CRC/SP 2SP 024298/O-3; **Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior** - Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718.

CNPJ nº 61.699.567/0033-70

Termo de Colaboração	R\$
Termo de Colaboração nº 022/2018	26.807.528,36
Termo de Colaboração nº 002/2021	14.641.326,88
Total	41.448.855,24

5 - Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2.012, e descrito em notas explicativas dos anos anteriores, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem a Norma NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistências Governamentais, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. **6 - Resultado Operacional:** Em face à adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistências Governamentais, a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma (Item 12). Portanto, a apuração do resultado do exercício reconhecido em conta espe-

Projeto Rede	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Nº AVES Ativos	1130	1125	1162	1149	1174	1172	1153	1136	1156	1156	1169	1163
Nº de Alunos Atendidos	4936	4618	4726	4569	4450	4456	4725	4970	5280	5500	5652	5613
Nº de Unidades Escolares Atendidas	915	887	980	911	918	1177	904	923	950	953	962	962
Nº Atendimentos - Supervisores Técnicos	0	20.513	15368	18354	22880	22508	24978	28324	25456	23328	27300	24031
Nº Atendimentos - Núcleo Multidisciplinar	0	5124	3861	4477	5063	5655	5499	6182	4960	6143	6234	5766

*AVE-Auxiliar de Vida Escolar. **8 - Relatório de Execução:** A unidade não tem metas propostas, o atendimento é feito sob demanda, por solicitação da Secretaria Municipal da Educação. Vide dados de atendimento (Nota 7).

Relatório de Execução Orçamentária - Exercício 2021

Receitas	Custeio	Investimento
Repasse do Contrato / Convênio	41.448.855,24	-
Receitas Financeiras e Outras Receitas	896.794,85	-
Total das Receitas	42.345.650,09	-
Despesas	Custeio	Investimento
Despesas com Pessoal	39.081.189,23	-
Despesas com Materiais, Serviços e Outras Despesas	1.440.803,23	-
Total das Despesas	40.521.992,46	-

9 - Contribuições Sociais: Por atender aos requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 187 de 16/12/2021, a Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme portaria SAS/MS nº 1.893, de 07/12/2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 15/12/2020, a entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação, conforme Processo nº 25000.177286/2020-01, o qual aguarda deferimento. Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício de 2021 se encontram registrados em contas específicas de receita e totalizou R\$ 8.993.435,06 (Oito milhões, novecentos e noventa e três mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e seis centavos). Em face de a Entidade ser reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social, e ter como área de atuação preponderante a da Saúde, além de atuar nas áreas de educação e assistência social, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na Lei Complementar nº 187 de 16/12/2021, em seu artigo 3º, inciso VII, que prevê a apresentação de demonstrações contábeis e financeiras, devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade, quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pelo inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, dentro outros requisitos. As isenções e contribuições sociais usufruídas são referentes a COFINS, PIS sobre folha de pagamentos, INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros PF. **9.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei complementar 187/2021, a Entidade usufruiu

Denise Carmo de Almeida - Contador - CRC 1SP-289563/O-7

de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 01/04/2022. **Audisa Auditores Associados** - CRC/SP 2SP 024298/O-3; **Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior** - Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718.

Veneza Participações Ltda.

CNPJ nº 09.379.125/0001-49

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em Reais)

Balanco Patrimonial	Dezembro 2021	Balanco Patrimonial	Dezembro 2021	Demonstração do Resultado	Dezembro 2021
Ativo/Circulante	8.030.780	Passivo e patrimônio líquido/Circulante	167.322.090	Despesas operacionais	
Caixa e equivalentes de caixa	1	Fornecedores	436	Administrativas	(207)
Impostos a recuperar	79	Obrigações fiscais	8	Resultado de equivalência patrimonial	3.392.871
Adiantamento a fornecedores	8.030.700	Adiantamento de clientes	167.321.646	3.392.664	
Não circulante	242.004.706	Não circulante	66.171.041	Prejuízo do exercício	3.392.664
Realizável a longo prazo	229.659.770	Provisão perda de investimentos	286		
Depósitos judiciais	48	Outras contas a pagar	66.170.755		
Dividendos a receber	2.342.735	Patrimônio líquido	16.542.355		
Outras contas a receber	227.316.987	Capital social	100		
Investimentos	12.344.936	Prejuízos acumulados	16.542.255		
Total do ativo	250.035.486	Total do passivo e do patrimônio líquido	250.035.486		

Contador
Gustavo Bortolan Martins
CRC1SP 220651/O-9